

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Dino tentou colocar a crise no congelador. Conseguiu?

O tio do Homem-Aranha não é ministro do STF

A ministra Cármen Lúcia talvez tivesse o biotipo para fazer a versão clássica da Tia May, que cria o Homem-Aranha. Mas mesmo ela a essa altura talvez não compreendesse bem o ensinamento do tio do personagem das histórias em quadrinhos e dos filmes de super-heróis: “Com grandes poderes vêm grandes responsabilidades”. A crise por que passa o Supremo Tribunal Federal (STF) decorre do fato de os ministros não terem sido capazes de entender as responsabilidades que vinham com os grandes poderes que obtiveram. Da Corte atualmente com dez ministros, quatro estão mencionados de alguma forma nos documentos decorrentes das investigações do caso Master. Talvez deversem se considerar impedidos de julgar a si mesmos. Mas aí talvez não houvesse o quórum mínimo para o julgamento. Segundo o Regimento Interno, o quórum mínimo são seis ministros.

Questionam mesmo Cármen Lúcia

Por que dissemos acima que talvez nem Cármen Lúcia tenha compreendido totalmente o ensinamento do tio do Homem-Aranha? Porque, para alguns, e talvez mesmo para ela mesma quando, ao pedir desculpas, disse que deveria ter atuado de maneira mais firme para evitar a escalada da crise, há quem avalie que ela, de certa forma tirou o corpo fora. Até agora, o saldo no STF foi uma sessão de baixarias para não chegar a lugar nenhum, após o pedido de vista feito por Flávio Dino.

ANTONIO AUGUSTO/STF



Nas redes sociais, sobrou para Mendonça e Moraes

Dino conseguiu congelar a crise?

Ao pedir vista, Flávio Dino claramente teve o propósito de congelar a crise. O passo seguinte, o adiamento da segunda sessão de UFC que estava marcada para o octógono do STF na próxima quarta-feira, era já de previsível. Se ele pediu vista quando se julgava a questão de ordem de Gilmar Mendes quanto a fazer ou não um julgamento conjunto dos casos de Alexandre de Moraes e André Mendonça, era óbvio que, ao final, a sessão sobre Mendonça fosse também adiada. O pedido de vista pode se estender por 90 dias.

Eleição definida por “um beijo de pulga”

Dino, assim, evitou nova sessão de pugilato na categoria peso toga antes das eleições presidenciais. Dino, porém, conseguiu com isso congelar a crise? O analista político e advogado que atua nas Cortes superiores, Melillo Dinis, a quem o Correio Político tem se socorrido para entender essa crise, crê que qualquer movimento agora é importante numa eleição que, segundo ele, será definida por “um beijo de pulga”.

Atenção

Na edição de quinta-feira (17), mostramos aqui, a partir de pesquisa Indexa, que o caso Master não estava no foco da atenção da maioria do eleitor. Somente 22% diziam estar acompanhando a crise no STF com atenção. “Mas é um percentual mais do que suficiente para definir para que lado vai a eleição deste ano”, observa Melillo.

Definidor

“Se em 2022 tivemos uma eleição definida por menos de 2%, agora talvez tenhamos uma definida por 0,5%”, conclui o analista e advogado. Nesse ponto, torna-se importante, então, observar um outro indicador: o comportamento das redes sociais em torno da crise. Para isso, o Correio Político obteve um relatório feito pelo DSC Lab.

4,7 bilhões

De acordo com o Relatório Brasil, do DSC Lab, na terça-feira, dia da sessão do STF, as menções ao caso Master/STF cresceram 526% nas redes sociais. Foram 4,7 bilhões de visualizações relacionadas ao tema. Que impactam não somente a reputação dos ministros do Supremo diretamente envolvidos, mas as eleições deste ano.

Oscilações

O relatório mostra que aconteceram oscilações quanto à percepção dos principais envolvidos no rolo. Sem surpresa, Alexandre de Moraes foi o que teve maior exposição. E maior exposição adversa também. André Mendonça veio em segundo. Mas, alvo da maior parte dos ataques durante a sessão, também acabou tendo exposição adversa.

Moraes

Antes da sessão, Mendonça tinha assumido maior visibilidade nas redes. Moraes a recuperou na terça-feira. Ele apareceu em 72,8% das publicações. Acusações, cobranças ou contestações preencheram 7.124 textos, quase oito vezes mais do que no dia anterior. Assim, 58% da exposição de Moraes nas redes foram adversas.

Mendonça

André Mendonça foi o centro de 7.124 publicações, das quais 1.524 com exposição adversa. As críticas na sessão fizeram com que 19,9% das menções a ele fossem contraposições. “A contagem inclui cobranças, acusações e contestações reconhecidas no texto; uma defesa pode estar presente na mesma publicação”, explica Tiago Falqueiro.

REPRODUÇÃO/VÍDEO



Lula tem pequena vantagem sobre Flávio, dentro da margem de erro

Lula reajusta Bolsa Família às vésperas da eleição

Oposição acusa medida, que elevou valor para R\$ 691, de eleitoreira

Por **Gabriela Gallo**

Faltando duas semanas para o primeiro turno eleitoral, em 4 de outubro, o governo federal publicou um decreto nesta quinta-feira (17), assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), comunicando que, a partir de outubro, o programa social Bolsa Família terá um reajuste de 15,04%.

Com isso, o valor mínimo garantido às famílias beneficiárias aumentará de R\$ 600 para R\$ 691. Segundo o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, a correção teve como referência a inflação acumulada de 15,04% medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período. Com a medida, adversários políticos e parlamentares da oposição ao governo acusam Lula de usar o reajuste como medida eleitoreira.

No mesmo dia, o deputado federal Zé Trovão (PL-SC) acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o reajuste do Bolsa Família, alegando que a medida compromete “a igualdade de oportunidades entre os candidatos” e, portanto, deveria ser barrada pela Justiça Eleitoral.

O vice-presidente da Corte, ministro André Mendonça, foi sorteado para ser o relator da medida. Porém, Mendonça rejeitou a ação.

Ao Correio da Manhã, o especialista em Relações Governamentais e professor do Ibmec Brasília Eduardo Galvão avaliou que, apesar do timing da decisão “inevitavelmente abrir margem para uma leitura eleitoral”, ela poder ser justificável para uma política pública. O Bolsa Família estava sem reajuste desde 2023 e, como o aumento corresponde à inflação acumulada pelo INPC, segundo o professor, “o decreto faz uma recomposição do poder de compra”.

Ainda nesta quinta-feira foram divulgadas duas pesquisas eleitorais sobre intenção de votos para Presidência da República e ambos os levantamentos reforçam a polarização entre Lula e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Segundo AtlasIntel, em um eventual segundo turno eleitoral entre os dois principais candidatos ao Palácio do Planalto, Lula tem 47,2% das intenções de voto e Flávio 46,8%.

Já a Datafolha apontou Lula com 46% no segundo turno e Flávio com 44%.